

Ensino Profissional

Como transformar um sucesso num fracasso?

É fácil, bastante fácil, transformar o ensino profissional num fracasso, após vinte anos de construção e com resultados bastante positivos. Não é difícil perceber porquê, mas valerá a pena lembrá-lo, nesta hora em que o ensino profissional cresce como cogumelos nas escolas secundárias, por todo o país.

Para começar, importa lembrar que há vários anos que proponho que as diferentes modalidades que os jovens têm para poderem realizar o nível secundário de ensino e de formação não devem estar reféns das instituições em que tradicionalmente se desenvolveram (cursos gerais, cursos tecnológicos, cursos profissionais, cursos de ensino artístico, cursos de aprendizagem). Entendo que todas elas estão ao serviço do desenvolvimento humano e da realização de aprendizagens reais e significativas dos jovens e que estes devem poder aceder a qualquer percurso e até a cruzar percursos, na procura de uma aprendizagem realmente motivada, exigente e qualificante.

Os objectivos que devemos prosseguir são o da formação com qualidade de todos os jovens e o da universalização das oportunidades para cada um prosseguir essa formação, tenha ela o nome que tiver e realize-se em que escola ou centro de formação se tiver de realizar.

Antes de responder à pergunta de partida, quero ainda especificar que quando falo do sucesso das escolas profissionais e dos seus cursos me refiro a: uma elevada procura social, pois estas escolas, sempre que não se estrangulou o seu financiamento e não se alardeou o seu provável encerramento, a prazo, tiveram e têm uma procura muito superior à capacidade ditada por um *numerus clausus* imposto pelo ME; a um clima escolar de forte motivação para a aprendizagem e ao bom nível de aproveitamento geral alcançado pelos alunos; à qualidade do acolhimento pessoal e das relações pedagógicas proporcionadas, que advém de uma nova motivação de alunos e professores e da pequena dimensão das escolas; às progressões escolares que se fazem módulo a módulo, com objectivos e metas claros e com esforço e exigência da parte de todos; à forte ligação das escolas e dos cursos aos tecidos socioeconómicos locais; à elevada empregabilidade dos jovens diplomados.

Respondo em seis pontos à pergunta: como transformar o ensino profissional num fracasso?

1. Abrir cursos de qualquer maneira, por imposição exterior, das DRE, pelo telefone ou por escrito, em escolas que não estão preparadas, que não conhecem as características específicas do ensino profissional, que não se preparam para o seu lançamento, esclarecendo devidamente as famílias e os jovens, envolvendo a comunidade local, formando os professores e equipando-se adequadamente.

(As escolas profissionais e os seus cursos nasceram fruto da mobilização local, autónoma e incentivada pelo Estado, de centenas de instituições da sociedade civil e de muitos professores, para responder à necessidade de qualificação dos jovens e às dinâmicas de desenvolvimento social local)

2. Aproveitar a existência destes novos cursos nas escolas secundárias, muitas delas antigos liceus, sem qualquer “cultura positiva de ensino profissional”, para remeter para lá os alunos com mais reprovações no fim do ensino básico, os “meninos do insucesso”, fugindo assim para uma solução demasiado fácil

para as dificuldades de aprendizagem, ou seja, fugindo mais uma vez aos reptos humanos e educativos lançados pelas dificuldades de aprendizagem.

(As escolas profissionais, acolhendo embora maioritariamente jovens provenientes de grupos sociais menos escolarizados e com menos recursos económicos, sempre abriram as suas portas a todos os alunos, com propostas educativas atraentes, enunciadas pela positiva, para alcançarem, com muito trabalho, objectivos claros de qualificação profissional e de realização pessoal)

3. Reduzir o número de horas de formação, qualquer que seja a razão invocada (como a equivalências entre percursos, etc), para que os cursos não “sejam tão pesados” para jovens em idade escolar, atingindo já mais de mil horas a redução imposta pelo ME, em cursos de apenas três anos duração.

(A passagem dos cursos profissionais para as escolas secundárias implicou uma redução da carga horária que já ascende a mais de 1000 horas, em 3.600 que compunham a oferta das escolas profissionais; esta redução é desastrosa e é feita em nome da poupança financeira, escondida sob bonitos argumentos. Como é que uma redução de mais de 1000 horas no ensino e aprendizagem, em três anos, não afecta a qualidade das aprendizagens e o sucesso que estes cursos tinham?)

4. Menosprezar o sistema modular de ensino e aprendizagem e a cuidada relação pedagógica e regressar rapidamente à progressão anual e por disciplina, que é o modelo em que sempre se trabalhou e se trabalha com segurança nas escolas secundárias.

(Muitos cursos profissionais criam-se mais ou menos à toa, como mais um curso numa escola enorme e cheia de outros cursos, estes ainda por cima destinados aos “meninos que reprovariam”, sem qualquer reforço do cuidado no acolhimento e na relação pedagógica, denegrindo a progressão modular, porque não se sabe o que é, como funciona, que nova relação pedagógica requer)

5. Esperar calmamente, sem trabalho, que os alunos, no fim dos seus cursos, tenham sorte e encontrem um emprego adequado às suas qualificações.

(A empregabilidade que se alcançou nas escolas profissionais resultou de um trabalho muito lento, persistente e difícil, dos directores e professores com os parceiros socioeconómicos locais, com a ligação contínua à realidade local, com estudo e construção de conhecimento crítico sobre essa mesma realidade, com experiências de trabalho ao longo do curso e com estágios e Provas de Aptidão Profissional, também elas resultantes de projectos desenvolvidos com a comunidade).

6. Substituir, a torto e a direito, todos os cursos tecnológicos que existiam nas escolas secundárias, sem qualquer avaliação, mesmo os que estavam a funcionar com bons resultados.

(Esta é mais uma medida administrativa cega, que fecha cursos que estavam a obter bons resultados juntamente com os que deviam ser encerrados, só porque houve uma decisão que ninguém conhece, que não foi precedida de qualquer avaliação caso a caso, medida que destrói por vezes cursos erguidos sobre um árduo trabalho de relação estreita entre escolas e comunidades locais)

Com seis breves pontos apenas se pode escrever um cenário de fracasso do ensino profissional. É muito fácil, mais fácil do que eu supunha, destruir uma dinâmica que foi edificada muito lentamente, fruto de uma visão muito positiva do que podia ser para os jovens a proposta educativa deste “novo” ensino profissional.

Mas não havia qualquer necessidade de se enveredar por um caminho de fracasso. Para trazer o ensino profissional às escolas secundárias não é preciso destruir o caminho já feito, com o risco de vir a condenar o ensino profissional nas

representações sociais e, por isso, também nas escolas profissionais. O ensino profissional tem de chegar às escolas secundárias, como há muito advogo, mas sempre se chamou a atenção para os perigos que se corriam e para os cuidados que era preciso salvaguardar. Teremos nós algum prazer especial, sádico e autofágico, em destruir o que de melhor vamos colectivamente edificando?

Ainda muito recentemente, a OCDE, no seu programa “Equity in education” (2007) vem lembrar que a diversificação de vias de ensino e de formação no nível secundário deve ser feita de modo a não cristalizar as desigualdades sociais, condenando os alunos mais desfavorecidos às vias profissionais e menos prestigiadas. Ora, como bem nos demonstram as escolas profissionais portuguesas, a questão não reside sobretudo no tipo de instituições, o sucesso reside sobretudo na qualidade do ensino e das aprendizagens, envolta num clima de escola que é todo ele de muito trabalho, de muita atenção e cuidado, de muita expectativa de realização pessoal e profissional de cada aluno.

Eu sei que há muitas escolas secundárias que estão a aproveitar esta oportunidade de modo excelente, que se prepararam devidamente para este passo, que o estão a dar com todo o cuidado e empenho e não querem fazer do ensino profissional o “caixote do lixo” lá da escola. Mas, o que corre bem não pode esconder o muito que está a correr mal e que bem pode contaminar todo o resto. Pela simples razão de que o desprestígio do ensino profissional é estruturante e histórico, em Portugal. No início do Séc. XXI tínhamos a possibilidade de prosseguir a lenta e difícil inversão desta tendência. A lógica administrativa que nos governa tem de ser substituída por uma lógica educacional, muito cuidada e assente no trabalho de cada escola, de cada director e de cada professor. Iremos ainda a tempo? Não sei. As escolas devem saber responder e exigir do ME as intervenções necessárias.

Joaquim Azevedo
Professor da Universidade Católica e Membro do Conselho Nacional de Educação
(Setembro de 2007)